



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Encerramento do Exercício de 2025

As Demonstrações Contábeis da Controladoria-Geral da União -CGU contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

Controladoria-Geral da União
Brasília, março de 2026

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A
Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

FLÁVIO MARQUES PROL
Secretário-Executivo Adjunto

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA
Secretária Nacional de Acesso à Informação

BIANCA CRISTINA LESSA ENDERS
Diretora de Gestão Corporativa

GIOVANNI CÂNDIDO DEMATTE
Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CONTADOR RESPONSÁVEL
Airson de Araujo Souza CRC nº GO-016070/O

EQUIPE TÉCNICA
Adhelbar Albuquerque Queiroz Neto
Anderson Nunes Vieira
Carla Lyra Nascimento Rezende
Fernanda Cristina de Oliveira
Fernando Sávio de Sousa
Maria Helena Kerber
Patrícia Helena de Paula

CONTEÚDO

| | |
|--|-----------|
| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | 5 |
| LISTA DE SIGLAS | 7 |
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS | 9 |
| BALANÇO PATRIMONIAL (BP) | 9 |
| NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL | 11 |
| NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 11 |
| NOTA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 11 |
| NOTA 3 – CRÉDITOS A LONGO PRAZO | 13 |
| NOTA 4 – IMOBILIZADO | 13 |
| Bens Móveis | 13 |
| Bens Imóveis | 15 |
| NOTA 5 – INTANGÍVEL | 16 |
| NOTA 6 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – CURTO PRAZO (CP) | 16 |
| NOTA 7 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 17 |
| NOTA 8 – RESULTADOS ACUMULADOS | 18 |
| NOTA 9 - ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS | 18 |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) | 20 |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 21 |
| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS | 22 |
| NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | 23 |
| NOTA 10 – DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (CORRENTE E DE CAPITAL) | 23 |
| Programação Orçamentária | 24 |
| Execução Orçamentária | 25 |
| (a) Outras Despesas Correntes | 26 |
| (b) Despesas de Capital | 27 |
| NOTA 11 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS) | 28 |
| (a) Execução de Restos a Pagar Não Processados | 28 |

| | |
|---|-----------|
| DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) | 30 |
| NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 32 |
| NOTA 12 – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 32 |
| NOTA 13 – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 32 |
| NOTA 14 – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 33 |
| NOTA 15 – VPD – PESSOAL E ENCARGOS (ATIVOS E INATIVOS) | 34 |
| NOTA 16 – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 35 |
| BALANÇO FINANCEIRO | 36 |
| NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF) | 38 |
| NOTAS 17 E 18 - RESTOS A PAGAR (INSCRITOS E PAGOS) | 38 |
| NOTA 19 – SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | 38 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) | 39 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) | 41 |
| NOTA 20 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 41 |
| NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS | 42 |
| USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS | 42 |
| RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS | 42 |
| MECANISMOS UTILIZADOS PARA CONTROLE E GARANTIA DA CONFIABILIDADE CONTÁBIL | 43 |

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração é referente às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Controladoria-Geral da União (CGU).

A declaração do contador reflete a conformidade contábil das demonstrações, encerradas em 31 de dezembro de 2025, e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As Demonstrações Contábeis da CGU são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos e o resultado do exercício;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro – visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração do Fluxo de Caixa – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

No exercício de 2025, a CGU manteve os avanços com relação às diretrizes do MCASP, Manual SIAFI e aos objetivos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), aprovado pela Portaria STN nº 548/2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais, realizando as seguintes ações:

Elaboração do Painel de Controle que apresenta detalhes e orientações para utilização da funcionalidade Detacustos do SIAFI WEB. O painel permite o controle diário, de forma otimizada, da apropriação das despesas de duração continuada e dos encargos patronais pelo princípio contábil da competência, auxiliando ainda na fidedignidade das informações de custos da CGU, objeto de análise do Ranking da Qualidade da Informação de Custos, promovido pela STN.

Ressalvas

Em que pese os avanços referentes ao controle contábil das informações de custos, algumas restrições contábeis foram verificadas no encerramento do exercício de 2025, estando registradas para acompanhamento no SIAFI (Órgão 37000), em processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e em Relatório de Inconsistências Contábeis, são elas:

1) 634 - FALTA AVALIAÇÃO DE BENS MOV/IMOV/INTANG/OUTROS

Foram verificados 3 imóveis com avaliações vencidas, em desacordo com o previsto na Instrução Normativa SPU 67/2022, art. 55, caput, c/c art. 56, § 1º, inciso II.

2) 538 – SALDO DE IMÓVEIS ESP. NÃO CONFERE C/SPIUNET

Foi verificado 01 caso de imóvel reavaliado no SPIUNet sem a correspondente atualização no SIAFI.

3) 640 - SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB

Foram verificadas 09 Unidades Gestoras com Divergências entre o Relatório de Movimentação de Bens Móveis-RMB (SIADS) X Balancete (SIAFI).

4) 767 – TERMO DE COOPERAÇÃO A COMPROVAR – DATA EXPIRADA

Foi verificado 01 Acordo de Cooperação pendente de análise da prestação de contas.

5) 776 – FALTA DE RECONHECIMENTO DE BENS IMÓVEIS

Foram observados 5 imóveis com pendências de registros no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2025, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Controladoria-Geral da União, exceto quanto às ressalvas mencionadas.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2025

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

CRC nº GO-016070/O

Contador Responsável

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| AH | Análise Horizontal |
| AV | Análise Vertical |
| BF | Balanço Financeiro |
| BO | Balanço Orçamentário |
| BP | Balanço Patrimonial |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CGU | Controladoria-Geral da União |
| CP | Curto Prazo |
| DCASP | Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público |
| DFC | Demonstração dos Fluxos de Caixa |
| DGC | Diretoria de Gestão Corporativa |
| DVP | Demonstração das Variações Patrimoniais |
| Funpresp | Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal |
| MCASP | Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| NBC TSP | Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público |
| NE | Nota Explicativa |
| RP | Restos a Pagar |
| RPNP | Restos a Pagar Não Processados |
| RPP | Restos a Pagar Processados |
| RPPS | Regime Próprio de Previdência Social |
| TED | Termo de Execução Descentralizada |
| SIAFI | Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal |
| SPIUnet | Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União |
| SPU | Secretaria de Patrimônio da União |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UG | Unidade Gestora |
| VPA | Variação Patrimonial Aumentativa |
| VPD | Variação Patrimonial Diminutiva |

APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela defesa do patrimônio público e pelo fortalecimento da transparência da gestão pública, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, ouvidoria, bem como de prevenção e combate à corrupção. Nos termos do Decreto nº 13.330, de 1º de janeiro de 2023 e suas alterações, a CGU atua como órgão central do Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno, do Sistema de Correição, do Sistema de Ouvidoria e do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal.

A Diretoria de Gestão Corporativa (DGC) constitui-se no órgão setorial de contabilidade da CGU, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e regulamentado pelo § 1º do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. No âmbito da CGU, as competências previstas nesses normativos são exercidas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGCOF), por intermédio da Coordenação Setorial de Contabilidade e Custos (SECON), responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis da entidade.

As Demonstrações Contábeis da CGU são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivas Notas Explicativas, sendo elaboradas a partir das informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em conformidade com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Adicionalmente, existe o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (11ª edição, 2024), a obrigatoriedade de publicação desse demonstrativo restringe-se às empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Considerando que a CGU não se enquadra nessa condição, o DMPL não é objeto de análise no presente relatório.

Em atendimento às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as análises realizadas neste relatório contemplam a comparação entre os dados constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao 4º trimestre do exercício de 2025 e aqueles referentes ao exercício anterior, de 2024.

Ressalta-se que a CGU tem acompanhado de forma contínua a evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, participando ativamente dos processos de convergência e aprimoramento normativo definidos pela STN, o que contribui para o aumento da transparência e da qualidade das informações contábeis e fiscais produzidas por este órgão.

As Unidades Gestoras que integram a estrutura da CGU são responsáveis pela administração e execução dos atos e fatos administrativos que originam registros contábeis no SIAFI, os quais são posteriormente consolidados nas Demonstrações Contábeis da entidade.

Na sequência, são apresentadas as Demonstrações Contábeis da Controladoria-Geral da União referentes ao 4º trimestre de 2025, acompanhadas do detalhamento de seus principais itens e das informações consideradas relevantes, por meio das respectivas Notas Explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) da CGU evidencia os Ativos, os Passivos, o Patrimônio Líquido e sua evolução no 4º trimestre de 2025, em relação a 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL

| ATIVO | NE | 2025 | 2024 |
|---|----|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 481.066.865 | 538.084.058 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1 | 90.966.737 | 87.564.814 |
| Créditos a Curto Prazo | | 390.078.473 | 450.422.499 |
| Demais Créditos e Valores | 2 | 390.078.473 | 450.422.499 |
| Estoques | | 12.295 | 46.977 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | | 9.360 | 49.768 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 12.186.726.720 | 12.156.476.107 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | | 11.982.744.717 | 11.971.825.694 |
| Créditos a Longo Prazo | 3 | 11.982.744.717 | 11.971.825.694 |
| Demais Créditos e Valores | | 11.982.744.717 | 11.971.825.694 |
| Imobilizado | 4 | 189.789.802 | 178.762.782 |
| Bens Móveis | | 38.389.623 | 45.887.264 |
| Bens Móveis | | 102.405.224 | 103.362.015 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | | -64.015.601 | -57.474.751 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | | - | - |
| Bens Imóveis | | 151.400.179 | 132.875.518 |
| Bens Imóveis | | 151.932.812 | 133.247.762 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | | -532.633 | -372.244 |
| Intangível | 5 | 14.192.201 | 5.887.630 |
| Softwares | | 14.192.201 | 5.887.630 |
| Softwares | | 14.192.201 | 5.887.630 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | | 0 | |
| TOTAL DO ATIVO | | 12.667.793.585 | 12.694.560.165 |

| PASSIVO | NE | 2025 | 2024 |
|---|----|--------------------|--------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 176.954.894 | 160.170.873 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 6 | 95.441.679 | 86.584.102 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 7 | 216.807 | 4.127.606 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | 81.296.408 | 69.459.165 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | | 176.954.894 | 160.170.873 |

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2025 | 2024 |
|-------------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 73.479 | 73.479 |
| Demais Reservas | | 29.859.230 | 22.295.946 |
| Resultados Acumulados | 8 | 12.460.905.983 | 12.512.019.867 |
| Resultado do Exercício | | -56.250.830 | 3.881.003.905 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 12.512.941.958 | 8.661.841.573 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | 4.214.855 | -30.825.610 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 12.490.838.692 | 12.534.389.292 |

Fonte: SIAFI

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

| ATIVO | 2025 | 2024 | NE | PASSIVO | 2025 | 2024 |
|---|-------------------|-------------------|----------|---|--------------------|--------------------|
| Atos Potenciais Ativos | 48.075.484 | 37.524.412 | | Atos Potenciais Passivos | 349.908.275 | 357.850.424 |
| Garantias e Contra-garantias Recebidas | 42.529.377 | 32.305.308 | | Garantias e Contragarantias Concedidas | | |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | 5.308.099 | 4.981.097 | | Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | 2.910.274 | 2.910.274 |
| Direitos Contratuais | 238.008 | 238.008 | | Obrigações Contratuais | 346.998.001 | 354.940.149 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | - | - | | Outros Atos Potenciais Passivos | | |
| TOTAL | 48.075.484 | 37.524.412 | 9 | TOTAL | 349.908.275 | 357.850.424 |

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos valores correspondentes ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, destinado a atender as despesas das unidades gestoras da Controladoria-Geral da União, conforme estabelecido no Decreto nº 12.637, de 30 de setembro de 2025, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal no 4º trimestre do exercício de 2025.

Compõem, ainda, esse grupo os valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, referentes a depósitos de caução em garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso IV do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

Tabela 1 – Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa por UG – Limite de Saque

| Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa por UG – Limite de Saque – Órgãos e Entidades OFSS | | | | |
|--|---|------------|------------|---------|
| UG Executora | | dez/25 | dez/24 | AH |
| 370001 | DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA (CGU) | 1.606.245 | 1.717.242 | -6,46% |
| 370002 | COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS | 89.175.134 | 85.821.274 | 3,91% |
| 370003 | COORD-GERAL LICITAÇÃO, CONT.E DOCUMENTAÇÃO | 150.110 | 24.054 | 524,06% |
| 370004 | COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE | 2.502 | 2.245 | 11,47% |
| Total | | 90.933.992 | 87.564.814 | 3,85% |

Fonte: SIAFI

Conforme a Tabela 1 – Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa por UG, o saldo total de Caixa e Equivalentes de Caixa em dezembro de 2025 foi de R\$ 90.933.992, representando variação positiva de 3,85% em relação a dezembro de 2024. O maior volume de recursos concentra-se na UG 370002 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, com saldo de R\$ 89.175.134, em razão da sistemática de liberação dos recursos da folha de pagamento, realizada no último dia útil do mês ou no dia útil imediatamente anterior ao pagamento, quando os valores permanecem registrados na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS até a emissão da Ordem Bancária. Ressalta-se que os valores consolidados se encontram evidenciados no Balanço Patrimonial.

NOTA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo (com expectativa de recebimento até o encerramento do exercício).

Tabela 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | | | | |
|---|--------------------|--------------------|-------------|----------------|
| | dez/25 | dez/24 | AV | AH |
| 13º SALÁRIO - ADIANTAMENTO | 11.619.722 | 4.860.627 | 2,98% | 139,06% |
| SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO | 987.081 | 909.998 | 0,25% | 8,47% |
| CRÉDITOS A RECEBER POR DANO AO PATRIMÔNIO | 63.716.106 | 103.033.809 | 16,33% | -38,16% |
| CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTE DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS | 308.774.111 | 336.620.214 | 79,16% | -8,27% |
| CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL | 853.999 | 1.162.318 | 0,22% | -26,53% |
| ADIANTAMENTO - TERMO EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA | 474.121 | 992.725 | 0,12% | -52,24% |
| CRÉDITOS A REC POR CESSÃO DE PESSOAL - ESTADO | 2.799.217 | 1.789.713 | 0,72% | 56,41% |
| CRÉDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNICÍPIO | 854.116 | 1.053.095 | 0,22% | -18,89% |
| Total | 390.078.473 | 450.422.499 | 100% | -13,40% |

Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado na tabela anterior, os montantes mais expressivos registrados em Outros Créditos e Valores a Curto Prazo concentram-se nas rubricas “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais” e “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio”, referentes a valores a receber decorrentes de acordos de leniência firmados pela Controladoria-Geral da União – CGU.

Os créditos de curto prazo referentes a esses acordos totalizam R\$ 372.490.217, sendo R\$ 308.774.111 relativos a Infrações Legais e Contratuais e R\$ 63.716.106 a Dano ao Patrimônio, registrados pelos valores nominais dos acordos, com expectativa de ingresso de recursos, ressaltando-se que as estimativas de arrecadação poderão sofrer alterações ao longo da execução dos acordos.

A Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) estabelece a responsabilização objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública. No exercício de 2025, os acordos celebrados com fundamento nessa legislação resultaram no ingresso de R\$ 966.643.037 no Tesouro Nacional, conforme registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Esse montante engloba valores recebidos a título de ressarcimento por dano ao patrimônio público, bem como pagamentos de multas aplicadas com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e na própria Lei Anticorrupção. Registra-se que parcela expressiva desses recursos decorreu da celebração de novos acordos firmados ao longo do exercício, os quais se encontram integralmente quitados.

Em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 4.055/2020, a Controladoria-Geral da União – CGU passou a efetuar o registro da previsão de receita relativa aos acordos de leniência celebrados, bem como dos créditos a receber, segregados entre curto e longo prazos.

Destaca-se que os registros referentes à previsão da receita e aos créditos a receber decorrentes de restituições e multas dos acordos de leniência são realizados pela CGU, enquanto a contabilização do ingresso financeiro ocorre diretamente na Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTA 3 – CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os “Créditos a Longo Prazo” totalizam R\$ 11.982.744.717 e correspondem a valores a receber decorrentes de Acordos de Leniência, com previsão de ingresso em exercícios futuros. Esses créditos abrangem valores relativos ao ressarcimento por danos ao patrimônio público, bem como montantes decorrentes de infrações legais e contratuais, conforme estabelecido nos respectivos instrumentos celebrados.

Gráfico 1 – Créditos a Longo Prazo (Lei nº 12.846, de 01/08/2013)



A rubrica “Créditos a Receber Decorrentes Dano ao Patrimônio” representa os valores a serem ressarcidos aos cofres públicos e a rubrica “Créditos a Receber Decorrentes de Infração” decorre de infrações legais e contratuais, no âmbito dos acordos de leniência.

NOTA 4 – IMOBILIZADO

O Imobilizado da CGU é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da CGU estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 3 – Bens Móveis

| Bens Móveis (Saldo Contábil) | | | | |
|---|--------------------|--------------------|-------------|-------------|
| Bens Móveis | dez/25 | dez/24 | AH | AV |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 8.744.225 | 8.394.604 | 4% | 9% |
| Bens de Informática | 55.681.788 | 53.455.886 | 4% | 54% |
| Móveis e Utensílios | 17.140.891 | 17.250.916 | -1% | 17% |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 4.407.936 | 4.398.842 | 0% | 4% |
| Veículos | 11.809.929 | 11.990.991 | -2% | 12% |
| Bens Móveis em Almojarifado | 36.664 | 3.328.646 | -99% | 0% |
| Demais Bens Móveis | 4.583.791 | 4.542.131 | 1% | 4% |
| Valor Bruto Contábil dos bens | 102.405.224 | 103.362.015 | -1% | 100% |
| Depreciação Acumulada | -64.015.601 | -57.474.751 | 11% | -63% |
| Valor Contábil Líquido | 38.389.623 | 45.887.264 | -16% | 37% |

Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado na tabela de Bens Móveis (Saldo Contábil), o valor bruto contábil do Imobilizado totalizou R\$ 102.405.224 ao final do 4º trimestre de 2025, com depreciação acumulada de R\$ 64.015.601, resultando em valor contábil líquido de R\$ 38.389.623, o que representa redução de 16% em relação a dezembro de 2024.

Destacam-se, em termos de composição, os grupos Bens de Informática, com 54% do valor bruto, e Móveis e Utensílios, com 17%. Observa-se, ainda, redução de 99% na rubrica “Bens Móveis em Almojarifado”, em razão da incorporação de bens permanentes no montante de R\$ 3.324.000, com transferência para a conta de Equipamentos de Tecnologia da Informação, na UG 370003. Contudo a evolução do saldo em 2025 dos Bens de Informática (item que contém os equipamentos de tecnologia), por conta de movimentações de saídas diversas, teve o seu valor final aumentado efetivamente em R\$ 2.225.902.

Tabela 4 – Depreciação Acumulada (detalhamento)

Quanto à depreciação acumulada dos bens ao final do 4º trimestre de 2025, a tabela de detalhamento evidencia a existência de bens com percentual de depreciação superior a 50%:

| Depreciação Acumulada (detalhamento) | | | | |
|--|----------------------|-----------------------|------------------------|----------------------|
| Conta Contábil | Valor Contábil Bruto | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido | Perc. de depreciação |
| Máquinas e utensílios de escritório | 44.337 | -68.010 | -23.673 | -153% |
| Peças não incorporáveis a imóveis | 1.055.950 | -1.127.690 | -71.740 | -107% |
| Equipam/utensílios médicos, odonto, lab e hospitalares | 20.561 | -20.808 | -246 | -101% |
| Coleções e Materiais Bibliográficos | 64.708 | -61.740 | 2.969 | -95% |
| Equipamentos hidráulicos e elétricos | 375.987 | -353.685 | 22.302 | -94% |

| | | | | |
|--|------------|-------------|------------|------|
| Instrumentos musicais e artísticos | 850 | -728 | 122 | -86% |
| Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis | 22.751 | -19.156 | 3.595 | -84% |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC | 55.681.788 | -43.466.229 | 12.215.559 | -78% |
| Aparelhos e utensílios domésticos | 1.721.049 | -1.119.265 | 601.783 | -65% |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | 4.070.666 | -2.629.391 | 1.441.275 | -65% |
| Máquinas e Equipamentos Industriais | 5.748 | -3.567 | 2.181 | -62% |
| Máquinas, utensílios e equipamentos diversos | 282.110 | -151.267 | 130.844 | -54% |
| Mobiliário em Geral | 15.375.506 | -7.783.564 | 7.591.942 | -51% |

Fonte: SIAFI

Verifica-se a ocorrência de saldo contábil líquido negativo em determinadas contas, destacando-se, nesse contexto, as rubricas “Máquinas e Utensílios de Escritório”, “Peças não Incorporáveis a Imóveis” e “Equipamentos e Utensílios Médicos e Odontológicos”, cujos percentuais de depreciação superam o valor contábil bruto.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio do Comunica nº 2023/3017151, orientou as Unidades Gestoras quanto à regularização dos saldos, orientação ratificada pela Setorial de Contabilidade da CGU – SECON. Todavia, permanecem saldos pendentes de regularização, em razão de instabilidades no SIADS, que têm impactado a execução automática de ajustes contábeis, demandando a abertura de chamados junto ao SERPRO.

Registra-se que tais inconsistências vêm sendo objeto de apontamento na conformidade contábil das Unidades Gestoras e do Órgão.

Bens Imóveis

Na tabela seguinte é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, referentes ao 4º trimestre de 2025 em comparação ao exercício encerrado de 2024:

Tabela 5 – Bens Imóveis

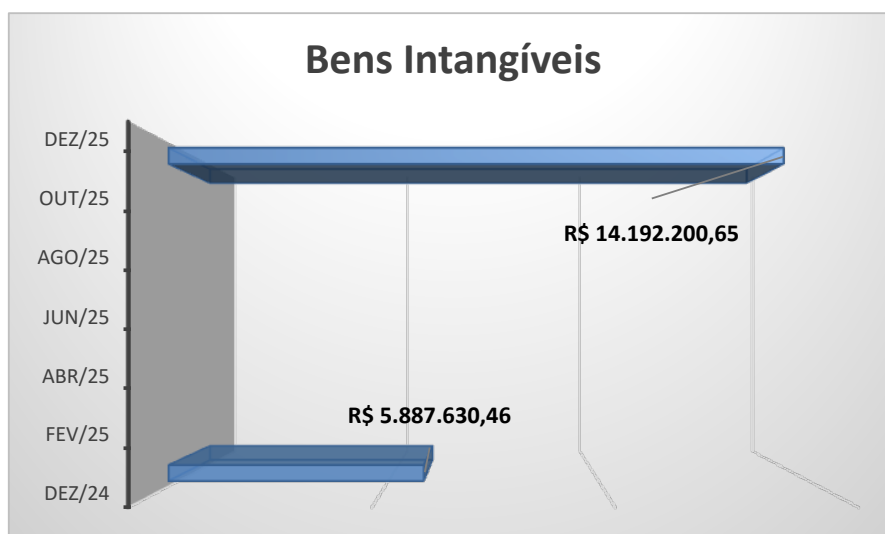
| Bens Imóveis | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | dez/25 | dez/24 | AH | AV |
| Bens de Uso Especial | 151.897.368 | 133.247.762 | 14,00% | 99,98% |
| Bens Imóveis em Andamento | 35.444 | 0 | 0,00% | 0,02% |
| Valor Bruto Contábil | 151.932.812 | 133.247.762 | 14,02% | 100,00% |
| Depreciação | (532.633) | (372.244) | 43,09% | 0,35% |
| Saldo Contábil Líquido | 151.400.179 | 132.875.518 | 13,94% | 99,65% |

Fonte: SIAFI

O saldo contábil líquido evidencia o valor atualizado dos imóveis em dezembro de 2025, no montante de R\$ 151.400.179, após o reconhecimento da depreciação acumulada decorrente do desgaste ou da perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, correspondente a 0,35% do valor bruto, equivalente a R\$ 532.633.

NOTA 5 – INTANGÍVEL

Gráfico 2 – Bens Intangíveis



Fonte: SIAFI

Comparando-se o 4º trimestre de 2025 com o encerramento do exercício de 2024, verifica-se acréscimo de 141,05% na rubrica “Software”, decorrente de ajustes contábeis efetuados com base em informações e levantamentos realizados pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da CGU, bem como do pagamento de despesas relacionadas à contratação de serviços contínuos de desenvolvimento, projeto e manutenção de softwares e painéis corporativos.

NOTA 6 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – CURTO PRAZO (CP)

A tabela seguinte demonstra a composição da rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”.

Tabela 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar – CP

| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (Curto Prazo) | | | |
|--|-------------------|-------------------|------------|
| | dez/25 | dez/24 | AH |
| Salários, remuneracoes e beneficios | 75.785.398 | 73.088.203 | 4% |
| Férias a pagar | 7.169.575 | 11.441.249 | -37% |
| Benefícios previdenciários | 451.301 | 484.363 | -7% |
| Contribuição a entidades de previd.complementar | 1.734.353 | 1.550.130 | 12% |
| INSS-contrib.s/salários e remunerações -intra | 28.323 | 18.340 | 54% |
| PSSS-contrib.s/vencimentos e vantagens-intra | 10.272.728 | 1.818 | 565050% |
| Total | 95.441.679 | 86.584.102 | 10% |

Fonte: SIAFI

A variação de 10% no grupo de contas “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo” decorreu, principalmente, do aumento registrado na rubrica “PSS – Contribuições sobre Vencimentos e Vantagens – Intra OFSS”, em razão da retenção do imposto incidente sobre a folha de pagamento de dezembro, apropriada no exercício e quitada em janeiro de 2026. Destaca-se que, no exercício de 2024, os valores correspondentes foram retidos e pagos no próprio exercício.

NOTA 7 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Em 31/12/2025, o Órgão 37000 – Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou saldo de R\$ 216.807 na conta “Fornecedores e Contas a Pagar – Curto Prazo”, o que representa decréscimo de 95% em relação a dezembro de 2024, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar por UG

| Fornecedores e Contas a Pagar por UG - Curto Prazo | | | |
|--|----------------|------------------|-------------|
| Unidade Gestora | dez/25 | dez/24 | AH |
| 370002 - COGEP | 0 | 0 | |
| 370003 – CGLCD | 216.807 | 4.127.606 | -95% |
| 370004 - CGCOF | 0 | 0 | |
| TOTAL | 216.807 | 4.127.606 | -95% |

Fonte: SIAFI

A movimentação concentrou-se, majoritariamente, na UG 370003, por ser a responsável pela execução financeira do Órgão.

Apresenta-se, a seguir, a relação dos credores de curto prazo da UG 370003, referente ao 4º trimestre de 2025.

Tabela 8 – Relação de Credores (UG 370003)

| Demais Obrigações a Curto Prazo | | |
|--|----------------|-------------|
| Fornecedor | dez/25 | AV |
| SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) | 183.404 | 85% |
| MAGAZINE PODEROSO COMERCIO E SOLUCOES LTDA | 28.200 | 13% |
| D.M.S - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA | 2.713 | 1% |
| CLARO S.A. | 2.490 | 1% |
| TOTAL | 216.807 | 100% |

Fonte: SIAFI

NOTA 8 – RESULTADOS ACUMULADOS

Tabela 9 – Resultado Acumulado

| Resultados Acumulados | | | |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | dez/25 | dez/24 | AH |
| Resultado do Exercício | -56.250.830 | 3.881.003.905 | -101% |
| Resultados Exerc. Anteriores | 12.512.941.958 | 8.661.841.573 | 44% |
| Ajustes Exercícios Anteriores | 4.214.855 | -30.825.610 | -114% |
| Total | 12.460.905.983 | 12.512.019.867 | -0,41% |

Fonte: SIAFI

A rubrica “Resultado Acumulado” apresentou variação reduzida em relação ao exercício de 2024. O saldo registrado na rubrica “Resultados de Exercícios Anteriores” refere-se a ajustes de valores realizados nas contas do patrimônio da CGU.

NOTA 9 - ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos saldos dos Atos Potenciais Ativos por UG, referentes a dezembro de 2025 e dezembro de 2024, com maior concentração na UG 370003, responsável pela execução orçamentária e financeira do Órgão.

Tabela 10 – Atos Potenciais Ativos

| Atos Potenciais Ativos Por UG Executora | | | | |
|--|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
| UG Executora | dez/25 | dez/24 | AH | AV |
| 370001 - DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA (CGU) | 1.101.399 | 774.397 | 42,23% | 2,29% |
| 370003- COORD-GERAL LICITAÇÃO, CONT.E DOCUMENTAÇÃO | 46.630.784 | 36.406.715 | 28,08% | 96,99% |
| 370004 - COORD-GERAL DE ORÇAM. FINANC. E CONTABILIDADE | 105.293 | 105.293 | 0,00% | 0,22% |
| 370009 - CGU/REGIONAL/AC | 235.495 | 235.495 | 0,00% | 0,49% |
| 370016 - CGU/REGIONAL/GO | 2.513 | 2.513 | 0,00% | 0,01% |
| Total de Atos Potenciais Ativos | 48.075.484 | 37.524.412 | 28,12% | 100,0% |

Fonte: SIAFI

O valor mais expressivo concentrou-se na UG 370003, responsável por 96,99% do total dos Atos Potenciais Ativos em dezembro de 2025, correspondendo às Garantias e Contragarantias registradas até o 4º trimestre de 2025, incluindo Seguros-Garantia a Executar, Apólices de Seguros a Executar e Cauções a Executar.

Os Atos Potenciais Passivos correspondem a atos a executar que podem impactar negativamente o patrimônio, de forma imediata ou indireta.

A tabela a seguir apresenta os saldos por UG em dezembro de 2025 e dezembro de 2024, evidenciando que 98,33% das garantias estão concentradas na UG 370003. Essa rubrica registra a execução de valores de obrigações contratuais, quando a Administração atua como contratante, ou de convênios firmados com outras entidades.

Tabela 11 – Atos Potenciais Passivos

| Atos Potenciais Passivos Por UG Executora | | | | |
|--|--------------------|--------------------|---------------|----------------|
| UG Executora | dez/25 | dez/24 | AH | AV |
| 370001 - DIRETORIA DE GESTAO INTERNA(CGU) | 133.636 | 133.636 | 0,00% | 0,04% |
| 370002 - COORDENCAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS | 0 | 0 | | 0,00% |
| 370003 - COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO | 344.755.038 | 350.749.858 | -1,71% | 98,53% |
| 370004 - COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE | 5.019.600 | 6.966.930 | -27,95% | 1,43% |
| Total de Atos Potenciais Passivos | 349.908.275 | 357.850.424 | -2,22% | 100,00% |

Fonte: SIAFI

Destaca-se que o valor de R\$ 349.908.275 se refere aos valores sem consolidação das UG's da União. Os valores consolidados se encontram no Demonstrativo do Balanço Patrimonial já citado anteriormente.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário da CGU apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, contemplando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e o saldo, assim como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Ressalta-se que a consulta desse demonstrativo é realizada por Unidade Orçamentária 37101, e não por Órgão, devido à necessidade de acompanhar a execução orçamentária e financeira das unidades regionais da CGU, efetuada pelas Superintendências e Gerências Regionais de Administração do Ministério da Gestão e Inovação.

Balanço Orçamentário – Quadro Principal (dezembro/2025)

RECEITA

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | NE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
|-------------------------------------|----|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | | - | - | - | - |
| Transferências Correntes | | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito | | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | | - | - | - | - |
| REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - |
| DEFICIT | | | | 1.524.243.753 | 1.524.243.753 |
| TOTAL | | - | - | 1.524.243.753 | 1.524.243.753 |

Fonte: SIAFI

DESPESA

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | NE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
|----------------------------|----|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 10 | 1.413.559.248 | 1.519.726.317 | 1.513.505.294 | 1.479.110.063 | 1.317.354.626 | 6.221.023 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 1.239.755.525 | 1.359.090.097 | 1.353.136.852 | 1.347.318.486 | 1.190.587.146 | 5.953.245 |
| Outras Despesas Correntes | | 173.803.723 | 160.636.220 | 160.368.441 | 131.791.577 | 126.767.480 | 267.779 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 10 | 10.820.922 | 11.501.239 | 10.738.459 | 1.978.545 | 1.973.384 | 762.780 |
| Investimentos | | 10.820.922 | 11.501.239 | 10.738.459 | 1.978.545 | 1.973.384 | 762.780 |
| TOTAL | | 1.424.380.170 | 1.531.227.556 | 1.524.243.753 | 1.481.088.608 | 1.319.328.010 | 6.983.803 |

Fonte: SIAFI

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | NE | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|-----------|------------------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| DESPESAS CORRENTES | | 11.472.885 | 38.398.883 | 19.988.427 | 19.946.677 | 20.938.882 | 8.986.210 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | - | 12.594.451 | 1.666.705 | 1.666.705 | 9.209.962 | 1.717.784 |
| Juros e Encargos da Dívida | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | | 11.472.885 | 25.804.432 | 18.321.721 | 18.279.972 | 11.728.920 | 7.268.426 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 8.777.846 | 351.713 | 6.637.068 | 6.637.068 | 191.570 | 2.300.920 |
| Investimentos | | 8.777.846 | 351.713 | 6.637.068 | 6.637.068 | 191.570 | 2.300.920 |
| Inversões Financeiras | | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 11 | 20.250.731 | 38.750.596 | 26.625.494 | 26.583.745 | 21.130.452 | 11.287.130 |

Fonte: SIAFI

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | NE | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|-----------|------------------------------------|---|--------------------|--------------|----------------|
| DESPESAS CORRENTES | | 63.025 | 140.599.334 | 140.503.022 | 1.818 | 157.519 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | 130.953.545 | 130.951.727 | 1.818 | |
| Juros e Encargos da Dívida | | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | | 63.025 | 9.645.789 | 9.551.295 | | 157.519 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | - | 328.878 | 300.678 | - | 28.200 |
| Investimentos | | | 328.878 | 300.678 | - | 28.200 |
| Inversões Financeiras | | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 11 | 63.025 | 140.928.212 | 140.803.700 | 1.818 | 185.719 |

Fonte: SIAFI

A execução financeira da CGU está vinculada à gestão das despesas públicas, uma vez que o órgão, como integrante da Administração Direta, não dispõe de receitas próprias. Sua dotação integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (OFSS), sendo o fluxo de recursos operacionalizado por descentralização financeira (cotas) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme a programação financeira do Poder Executivo Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 10 – DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (CORRENTE E DE CAPITAL)

Para o exercício de 2025, a CGU contou com dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.531.227.556,00.

Conforme o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, que considera despesa empenhada e não cancelada como realizada no exercício, observa-se na Tabela 12 que, no 4º trimestre de 2025, foram empenhados 99,5% da dotação atualizada, restando saldo orçamentário de R\$ 6.983.803,00.

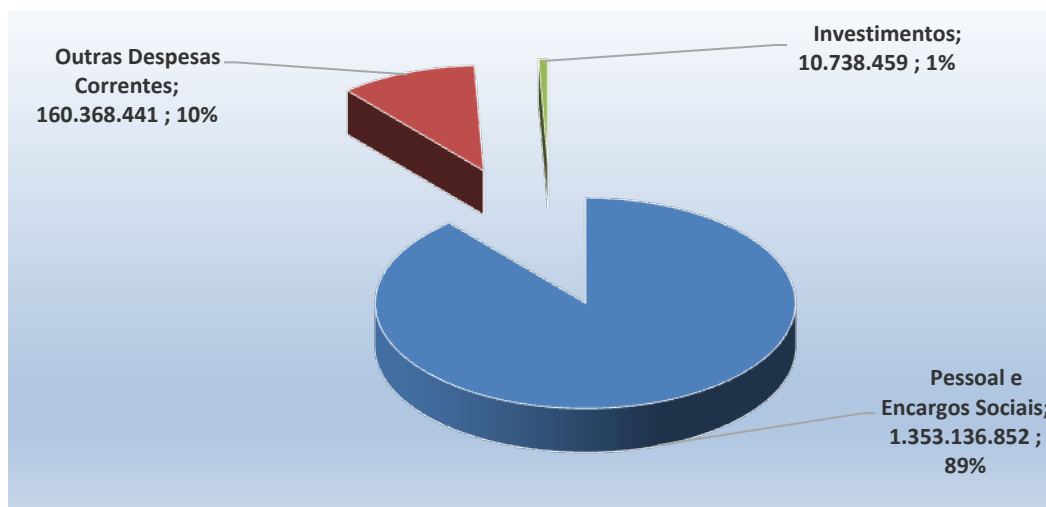
Tabela 12 – Execução da Despesa Orçamentária (Despesa Empenhada por Grupo de Despesa)

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | % EXECUTADO | SALDO DA DOTAÇÃO |
|----------------------------|----------------------|----------------------|--------------|------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.359.090.097 | 1.353.136.852 | 99,6% | 5.953.245 |
| Outras Despesas Correntes | 160.636.220 | 160.368.441 | 99,8% | 267.779 |
| Investimentos | 11.501.239 | 10.738.459 | 93,4% | 762.780 |
| TOTAL | 1.531.227.556 | 1.524.243.753 | 99,5% | 6.983.803 |

Fonte: SIAFI

Do montante total empenhado de R\$ 1.524.243.753,00 no exercício, o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” respondeu por aproximadamente 89% da execução, correspondente a R\$ 1.353.136.852, conforme demonstra o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Orçamento Executado (empenhado no Exercício) Por Grupo de Despesa



Fonte: SIAFI

Programação Orçamentária

O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes” é composto por despesas obrigatórias e discricionárias. As despesas obrigatórias, em regra, não se sujeitam à limitação de empenho, observados os limites estabelecidos para o cronograma de pagamento. As despesas discricionárias, por sua vez, estão sujeitas a limites de empenho e de pagamento, conforme a programação orçamentária e financeira vigente.

No início do exercício de 2025, a execução orçamentária dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo federal foi disciplinada pelo Decreto nº 12.416, de 21 de março de 2025, que estabeleceu os limites iniciais de movimentação e empenho.

Ressalte-se que o Decreto nº 12.416/2025 teve vigência restrita ao período inicial do exercício, tendo sua disciplina posteriormente consolidada e atualizada pelo Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que passou a reger a programação orçamentária e financeira da União no exercício de 2025.

À época, foi fixado para a Controladoria-Geral da União (CGU) o Limite de Movimentação e Empenho (LME) até 31 de maio de 2025 no valor de R\$ 55.917.322,00, considerando a dotação inicialmente prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual, que foi de R\$ 151.205.475,00.

Com a sanção da Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2025), a dotação aprovada para a CGU passou a ser de R\$ 147.973.762,00, o que resultou na redefinição do LME até 31 de maio de 2025 para R\$ 41.464.934,00.

Diante da insuficiência do limite para cobertura das despesas operacionais, foi concedida antecipação de limite pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Portaria GM/MPO nº 118, de 9 de maio de 2025, no valor de R\$ 20.482.467,00, elevando o LME autorizado até maio para R\$ 61.947.401,00.

Posteriormente, o Decreto nº 12.477, de 30 de maio de 2025, promoveu ajustes na programação orçamentária e financeira, estabelecendo contingenciamento das despesas discricionárias no montante de R\$ 36.597.465,00, com bloqueio de dotação no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Em decorrência desse ajuste, a dotação das despesas discricionárias, bem como o limite orçamentário total da CGU, passou a totalizar R\$ 111.376.297,00, o que representou um contingenciamento equivalente a 24,73% da dotação aprovada.

Na sequência, após solicitação da CGU para antecipação de limite e recomposição da dotação orçamentária, a Portaria SOF/MPO nº 168, de 17 de junho de 2025, concedeu antecipação do LME no valor de R\$ 24.578.965,00, elevando-o até o mês de julho para R\$ 86.526.366,00.

Em complemento, a Portaria SOF/MPO nº 182, de 27 de junho de 2025, promoveu acréscimo de dotação orçamentária à CGU no valor de R\$ 3.164.259,00, elevando a dotação total para R\$ 114.545.466,00, sem alteração concomitante do LME vigente à época.

Ainda no segundo trimestre, o Decreto nº 12.566, de 30 de julho de 2025, redefiniu o LME autorizado até setembro, fixando-o em R\$ 93.812.192,00, mantendo-se a disciplina estabelecida pelo Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que permaneceu como norma central da execução orçamentária e financeira.

No terceiro trimestre, conforme deliberação da 7ª Reunião Ordinária da Junta de Execução Orçamentária (JEO), formalizada por meio do Ofício nº 4.551/2025/MPO, foi autorizado descontingenciamento de dotação no valor de R\$ 29.091.990,00, bem como cancelamento de dotação no montante de R\$ 7.565.981,00, resultando em dotação ajustada de R\$ 132.902.306,00.

No último trimestre do exercício, em razão da insuficiência da dotação aprovada e do Limite de Movimentação e Empenho para atendimento das necessidades operacionais da Controladoria-Geral da União, foram formalizadas solicitações ao MPO para antecipação adicional de limite, no valor de R\$ 39.000.000,00, por meio do Ofício nº 13.274/SE/CGU, bem como para recomposição orçamentária, no montante de R\$ 20.000.000,00, conforme Ofício nº 13.288/SE/CGU, ambos datados de 25 de agosto de 2025.

Em atendimento a essas solicitações, o MPO promoveu novos ajustes na programação orçamentária e financeira nos meses de setembro e outubro, por meio das Portarias GM/MPO nº 289, de 29 de agosto de 2025; nº 298, de 4 de setembro de 2025; nº 341, de 23 de setembro de 2025; nº 392, de 22 de outubro de 2025; e nº 400, de 23 de outubro de 2025, bem como do Decreto nº 12.637, de 30 de setembro de 2025, que redefiniram, ao longo do período, os limites de movimentação e empenho aplicáveis ao órgão.

Esses ajustes envolveram tanto antecipações quanto redefinições dos limites autorizados, refletindo a necessidade de adequação contínua da programação orçamentária às disponibilidades financeiras do exercício. Ao final do quarto trimestre, a dotação orçamentária atualizada e o LME autorizado até 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 136.144.685,00.

Diante desse contexto, verifica-se que, no exercício de 2025, o orçamento da Controladoria-Geral da União foi significativamente impactado por contingenciamentos e cancelamentos de dotação, o que demandou esforços de gestão para o equilíbrio entre despesas contratuais e a execução das atividades finalísticas.

Em razão dessas restrições orçamentárias, novos projetos e contratações foram postergados para exercícios subsequentes. A execução das despesas discricionárias priorizou, nessa ordem, a manutenção administrativa, os serviços de tecnologia da informação e comunicação, as ações de auditoria, as capacitações, as ações de prevenção, a integridade privada, a correição, o acesso à informação e a ouvidoria.

Execução Orçamentária

No exercício de 2025, as despesas discricionárias da Controladoria-Geral da União foram executadas por meio das Ações Orçamentárias 2D58 – Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção e 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.

Até 31 de dezembro de 2025, foram empenhados R\$ 135.456.017,00, dos quais R\$ 98.993.394,81 foram liquidados e R\$ 96.912.190,33 pagos, correspondendo, respectivamente, a 99,49%, 73,08% e 71,55% da dotação autorizada.

Do total executado, 82% foram realizados diretamente pelo Órgão Central e 18% por meio

de execução descentralizada, predominantemente relativa às despesas administrativas das unidades regionais, executadas pelas Superintendências e Gerências Regionais de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, considerando que a CGU não possui unidades gestoras executoras nos estados.

As despesas executadas diretamente pelo Órgão Central concentraram-se em gastos administrativos, notadamente serviços terceirizados, manutenção predial, contratos continuados, bolsa-estágio e auxílio-moradia, em tecnologia da informação e comunicação, abrangendo a manutenção e sustentação de sistemas estruturantes (tais como Portal da Transparência, Fala.BR, e-CGU, e-Patri, e-Leni e e-Agendas), bem como nas atividades finalísticas, incluindo ações de integridade pública e privada, auditoria governamental, correição, ouvidoria e direito de acesso à informação.

(a) Outras Despesas Correntes

Da análise vertical (AV) da Tabela 13, verifica-se que os gastos se concentraram nos 5 (cinco) primeiros elementos de despesa, representando 93,1% do total, com destaque para “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ” com 32,6% do total de gastos no exercício.

Tabela 13 – Outras Despesas Correntes

| Seq. | Elemento de Despesa | Despesas empenhadas | AV(%) | Freq. Acum. (%) |
|--------------|---|---------------------|-------|-----------------|
| 1 | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ | 52.276.660,95 | 32,6% | 32,6% |
| 2 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC. | 33.720.330,26 | 21,0% | 53,6% |
| 3 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 29.609.524,82 | 18,5% | 72,1% |
| 4 | AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | 25.364.181,29 | 15,8% | 87,9% |
| 5 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 8.380.374,68 | 5,2% | 93,1% |
| 6 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÃO | 2.674.462,74 | 1,7% | 94,8% |
| 7 | DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL | 2.426.996,52 | 1,5% | 96,3% |
| 8 | OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 1.730.098,70 | 1,1% | 97,4% |
| 9 | RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO | 1.343.837,71 | 0,8% | 98,2% |
| 10 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF | 1.026.346,49 | 0,6% | 98,9% |
| 11 | MATERIAL DE CONSUMO | 944.815,65 | 0,6% | 99,5% |
| 12 | CONTRIBUIÇÕES | 420.763,24 | 0,3% | 99,7% |
| 13 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 189.622,71 | 0,1% | 99,8% |
| 14 | AUXILIO-TRANSPORTE | 138.890,00 | 0,1% | 99,9% |
| 15 | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 115.381,92 | 0,1% | 100,0% |
| 16 | PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS | 3.634,00 | 0,0% | 100,0% |
| 17 | MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST.GRATUITA | 2.519,64 | 0,0% | 100,0% |
| Total | 160.368.441 | 100% | | |

Fonte: SIAFI

(b) Despesas de Capital

A execução das despesas de capital, no 4º trimestre de 2025, concentrou-se integralmente no grupo de natureza da despesa “Investimentos”, totalizando R\$ 10.738.459, o que representou 100% da despesa executada no período, de acordo com os registros do SIAFI.

Conforme demonstrado na Tabela 14 – Investimentos, observa-se que 69,82% do total executado no grupo de Investimentos correspondeu à rubrica “Desenvolvimento de Software”, com dispêndio no montante de R\$ 7.498.024. Esses recursos foram aplicados no custeio de serviços contínuos de desenvolvimento, projeto, sustentação e manutenção de softwares e painéis corporativos, contratados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em consonância com a classificação econômica da despesa e com as diretrizes estabelecidas nas normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Tabela 14 – Investimentos

| Elemento de Despesa Detalhado | dez/25 | AV |
|--|-------------------|-------------|
| DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE | 7.498.024 | 69,82% |
| AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO | 1.401.354 | 13,05% |
| ESTUDOS E PROJETOS | 128.500 | 1,20% |
| APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS | 47.878 | 0,45% |
| EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO | 468.758 | 4,37% |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS | 700 | 0,01% |
| EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO | 1.902 | 0,02% |
| MATERIAL DE TIC (PERMANENTE) | 19.481 | 0,18% |
| EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES | 739.666 | 6,89% |
| MOBILIÁRIO EM GERAL | 38.196 | 0,36% |
| VEÍCULOS DIVERSOS | 394.000 | 3,67% |
| Total | 10.738.459 | 100% |

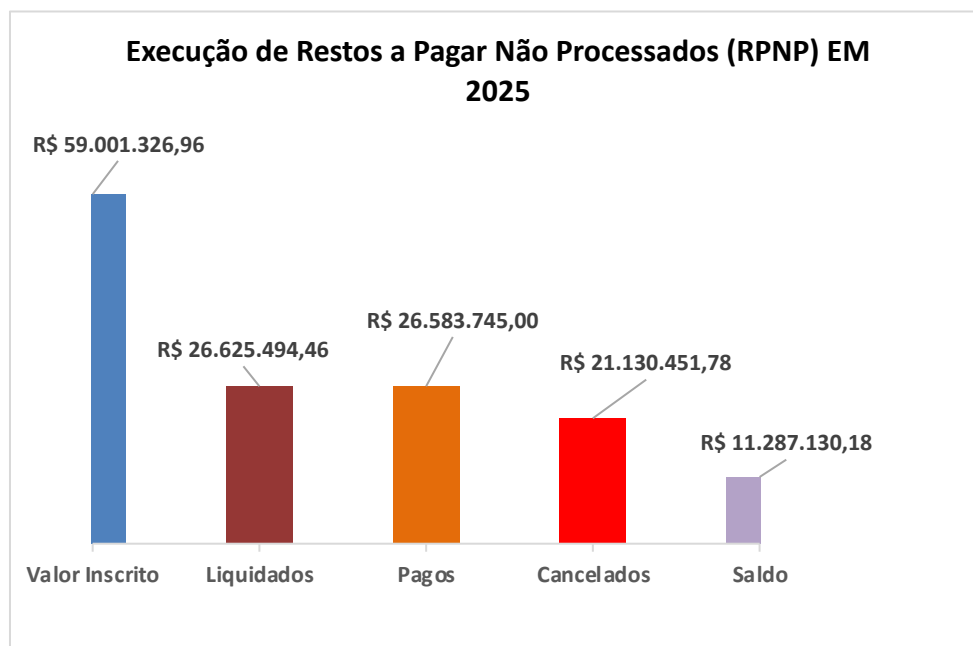
Fonte: SIAFI

NOTA 11 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS)

(a) Execução de Restos a Pagar Não Processados

No gráfico abaixo, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), executados no 4º trimestre de 2025.

Gráfico 4: Execução de Restos a Pagar Não Processados (RPNP)



Fonte: SIAFI

No exercício de 2025, foram liquidados R\$ 26.625.464 em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos, o que corresponde a 45% do montante total inscrito, no valor de R\$ 59.001.327. Desse total liquidado, R\$ 26.583.745 foram pagos, enquanto R\$ 21.130.452 foram cancelados. Em decorrência desses resultados, permaneceu saldo de R\$ 11.287.130 em RPNP inscritos em exercícios anteriores a 2025.

Gráfico 5: Execução de RPP e RPNP Liquidado



Fonte: SIAFI

Verifica-se que, no exercício, foram pagos R\$ 140.803.700 referentes a Restos a Pagar Processados (RPP) e Restos a Pagar Não Processados Liquidados (RPNP Liquidados), o que corresponde a 99,9% do montante inscrito, no valor de R\$ 140.991.236, composto por inscrições de exercícios anteriores e inscrições realizadas até 31 de dezembro do exercício anterior. Em decorrência desses pagamentos, permaneceu saldo de R\$ 185.719, referente a RPP e RPNP Liquidados inscritos em exercícios anteriores.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da Controladoria-Geral da União evidencia as alterações ocorridas no patrimônio ao longo do exercício, decorrentes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial apurado no período.

O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, sendo incorporado ao patrimônio líquido, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial do exercício.

Embora apresente estrutura semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, a DVP difere quanto à finalidade do resultado apurado. No setor público, o resultado patrimonial não se configura como indicador de desempenho, mas como medida das variações quantitativas dos elementos patrimoniais decorrentes da prestação de serviços públicos.

A DVP possibilita, ainda, a análise dos efeitos das políticas públicas adotadas sobre o patrimônio público, considerando sua finalidade de atendimento às demandas da sociedade.

Demonstração das Variações Patrimoniais – 4º trimestre 2025

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | NE | dez-25 | dez-24 |
|--|----|----------------------|----------------------|
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | | 0 | 80.666.975 |
| Juros e Encargos de Mora | | | 80.666.975 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 12 | 1.402.215.758 | 1.285.585.300 |
| Transferências Intragovernamentais | | 1.391.912.473 | 1.278.154.125 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | | 10.303.285 | 7.431.174 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | 13 | 336.713 | 59.994 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | 336.713 | |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | | 59.994 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 14 | 942.500.960 | 4.268.301.770 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | | 942.500.960 | 4.268.301.770 |
| TOTAL DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) | | 2.345.053.431 | 5.634.614.038 |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | NE | dez-25 | dez-24 |
|---|----|---------------|-------------|
| Pessoal e Encargos | 15 | 1.037.667.433 | 948.494.380 |
| Remuneração a Pessoal | | 835.824.646 | 762.727.138 |
| Encargos Patronais | | 155.067.523 | 142.125.199 |
| Benefícios a Pessoal | | 27.654.970 | 25.923.860 |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | | 19.120.295 | 17.718.183 |

| | | | |
|--|-----------|----------------------|----------------------|
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 15 | 340.145.542 | 300.105.559 |
| Aposentadorias e Reformas | | 305.740.005 | 268.426.872 |
| Pensões | | 27.374.292 | 25.085.497 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 7.031.246 | 6.593.190 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | 120.918.457 | 112.869.055 |
| Uso de Material de Consumo | | 212.145 | 217.433 |
| Serviços | | 112.629.194 | 104.968.964 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 8.077.118 | 7.682.658 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | 5.192 | 82.058 |
| Juros e Encargos de Mora | | 5.192 | 82.058 |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 896.319.231 | 380.907.331 |
| Transferências Intragovernamentais | | 895.621.061 | 380.363.751 |
| Transferências ao Exterior | | 420.763 | 410.894 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | | 277.407 | 132.686 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 16 | 238.844 | 6.416.385 |
| Perdas Involuntárias | | 85.753 | 8.165 |
| Incorporação de Passivos | | 135.391 | 709.388 |
| Desincorporação de Ativos | | 17.700 | 5.698.832 |
| Tributárias | | 38.952 | 35.181 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 26.939 | 8.561 |
| Contribuições | | 12.013 | 26.620 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 5.970.610 | 4.700.184 |
| Premiações | | 3.634 | |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 5.966.976 | 4.700.184 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) | | 2.401.304.260 | 1.753.610.134 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II) | | -56.250.830 | 3.881.003.905 |

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 12 – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas correspondem às variações patrimoniais aumentativas decorrentes de transferências intergovernamentais e intragovernamentais (cotas, repasses e sub-repasses), bem como de transferências provenientes de instituições multigovernamentais, instituições privadas com ou sem fins lucrativos, convênios e transferências do exterior, nos termos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Na Tabela 15 – Transferências e Delegações Recebidas, observa-se que, em dezembro de 2025, o total dessas transferências atingiu R\$ 1.402.215.758, valor superior ao registrado em dezembro de 2024, de R\$ 1.285.585.300.

Tabela 15 – Transferências e Delegações Recebidas

| Transferências e Delegações Recebidas | | | |
|--|----------------------|----------------------|-------------|
| Transferências e Delegações Recebidas | dez/25 | dez/24 | AV |
| Transferências Intragovernamentais | 1.391.912.473 | 1.278.154.125 | 99% |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 10.303.285 | 7.431.174 | 1% |
| Total | 1.402.215.758 | 1.285.585.300 | 100% |

Fonte: SIAFI

Nesse grupo, a rubrica Transferências Intragovernamentais totalizou R\$ 1.391.912.473, correspondente a 99% do total das transferências recebidas, referindo-se, majoritariamente, às cotas financeiras repassadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para viabilizar a execução orçamentária e financeira da CGU. As Outras Transferências e Delegações Recebidas somaram R\$ 10.303.285, equivalentes a 1% do total.

NOTA 13 – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos corresponde ao somatório das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da reavaliação e dos ganhos com ativos, bem como da desincorporação de passivos, em conformidade com o PCASP.

Tabela 16 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | | | |
|---|----------------|---------------|-------------|
| | dez/25 | dez/24 | AV(%) |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 336.713 | | 100% |
| Ganhos com desincorporação de passivos | | 59.994 | 0% |
| TOTAL | 336.713 | 59.994 | 100% |

Fonte: SIAFI

À luz do demonstrado na Tabela 16 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, verifica-se que, no 4º trimestre de 2025, os registros estiveram integralmente concentrados na rubrica “Ganhos com Incorporação de Ativos”, no montante de R\$ 336.713, decorrente da entrada de bens do ativo permanente no decorrer do exercício.

NOTA 14 – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Esse grupo compreende o conjunto das variações patrimoniais aumentativas que não se enquadram nos demais grupos da DVP, abrangendo receitas e ingressos que contribuem para o aumento do patrimônio líquido da entidade, conforme evidenciado nos demonstrativos contábeis do exercício.

A tabela a seguir discrimina os elementos do item “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”.

Tabela 17 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | | | |
|--|--------------------|----------------------|-------------|-------------|
| | dez/25 | dez/24 | AH | AV |
| Multas administrativas | 910.735.766 | 103.425.954 | 781% | 97% |
| Indenizações | 27.630.609 | 4.162.779.757 | -99% | 3% |
| Restituições | 4.128.214 | 2.096.059 | 97% | 0% |
| VPA decorrente de fatores geradores diversos | 6.371 | | | |
| TOTAL | 942.500.960 | 4.268.301.770 | -78% | 100% |

Fonte: SIAFI

Conforme evidenciado na tabela anterior, a rubrica “Multas Administrativas” apresenta-se como a mais representativa, correspondendo a 97% do total do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”. Esses valores decorrem, majoritariamente, de recursos arrecadados no âmbito de Acordos de Leniência firmados pela Controladoria-Geral da União (CGU), bem como de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), com predominância dos ingressos oriundos de Acordos de Leniência.

NOTA 15 – VPD – PESSOAL E ENCARGOS (ATIVOS E INATIVOS)

Tabela 18 - Pessoal e Encargos (Ativos)

| Pessoal e Encargos (Ativo) | dez-25 | dez-24 | AH | AV |
|---|----------------------|--------------------|-------------|-------------|
| Remuneração a Pessoal | 835.824.646 | 762.727.138 | 9,6% | 80,55% |
| Encargos Patronais | 155.067.523 | 142.125.199 | 9,1% | 14,94% |
| Benefícios a Pessoal | 27.654.970 | 25.923.860 | 6,7% | 2,67% |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 19.120.295 | 17.718.183 | 7,9% | 1,84% |
| Total | 1.037.667.433 | 948.494.380 | 9,4% | 100% |

Fonte: SIAFI

Da Tabela 18 – Pessoal e Encargos (Ativos), verifica-se que houve incremento de 9,4% no total das despesas com pessoal ativo da CGU, no comparativo entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, passando de R\$ 948.494.380 para R\$ 1.037.667.433.

Esse aumento decorreu, principalmente, do reajuste salarial concedido aos servidores em 2025, refletido na rubrica Remuneração a Pessoal, bem como da elevação das despesas com benefícios a pessoal, notadamente o auxílio-alimentação, que sofreu reajuste em dezembro de 2025.

Tabela 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Inativos)

| Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Inativos) | dez-25 | dez-24 | AH | AV |
|---|--------------------|--------------------|--------------|-------------|
| Aposentadorias e Reformas | 305.740.005 | 268.426.872 | 13,9% | 90% |
| Pensões | 27.374.292 | 25.085.497 | 9% | 8,0% |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 7.031.246 | 6.593.190 | 7% | 2,1% |
| Total | 340.145.542 | 300.105.559 | 13,3% | 100% |

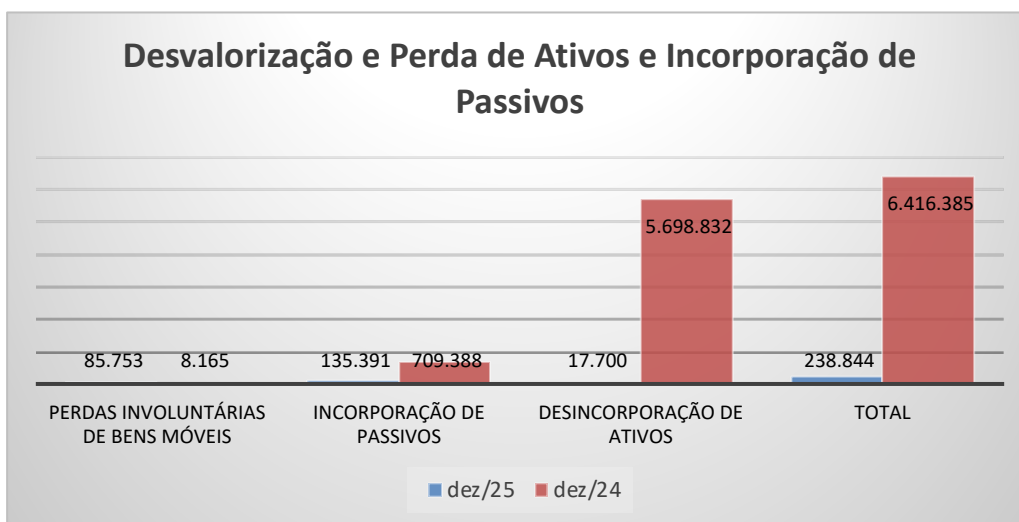
Fonte: SIAFI

Da Tabela 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Inativos), verifica-se que as despesas com inativos totalizaram R\$ 340.145.542 em dezembro de 2025, registrando aumento de 13,3% em relação a dezembro de 2024. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelas despesas com Aposentadorias e Reformas, que representaram 90% do total do grupo e apresentaram variação positiva de 13,9% no período.

NOTA 16 – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Esse grupo evidencia as variações patrimoniais diminutivas decorrentes da redução do valor de ativos, de perdas patrimoniais e da incorporação de passivos. No exercício de 2025, a rubrica “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” apresentou saldo de R\$ 238.844, sendo o montante mais relevante decorrente de ajustes e baixas relacionados a Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

Gráfico 6: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos



BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) da CGU evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço Financeiro – 4º trimestre 2025

| INGRESSOS | | NE | 2025 | 2024 | DISPÊNDIOS | | NE | 2025 | 2024 |
|---|--|----|---------------|---------------|--|--|----|---------------|---------------|
| Receitas Orçamentárias | | | 0 | 0 | Despesas Orçamentárias | | | 1.524.756.610 | 1.376.007.730 |
| Ordinárias | | | | | Não Vinculadas | | | 1.212.697.576 | 1.137.893.232 |
| Vinculadas | | | | | Vinculadas | | | 312.059.033 | 238.114.498 |
| Previdência Social (RPPS) | | | | | Seguridade Social (Exceto Previdência) | | | 63.912.197 | 1.016.399 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | | | | Previdência Social (RPPS) | | | 245.637.075 | 237.098.099 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | | | | | Fundos, Órgãos e Programas | | | 2.509.761 | |
| Transferências Financeiras Recebidas | | | 1.441.793.121 | 1.318.095.272 | Transferências Financeiras Concedidas | | | 943.682.199 | 419.702.278 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | | | 1.405.526.773 | 1.290.371.295 | Resultantes da Execução Orçamentária | | | 13.614.301 | 12.217.170 |
| Cota Recebida | | | 1.405.526.773 | 1.290.357.667 | Repasse Concedido | | | 13.608.270 | 12.216.470 |
| Repasse Devolvido | | | | 13.627 | | | | | |
| Independentes da Execução Orçamentária | | | 36.266.348 | 27.723.977 | Cota Devolvida | | | 6.030 | 700 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | | | 34.532.116 | 26.895.249 | Independentes da Execução Orçamentária | | | 930.067.899 | 407.485.109 |
| Demais Transferências Recebidas | | | 1.734.232 | 828.728 | Demais Transferências Concedidas | | | | |
| | | | | | Movimento de Saldos Patrimoniais | | | 930.067.899 | 407.485.109 |

| | | | | | | | |
|--|--|----------------------|----------------------|--|----|----------------------|----------------------|
| Recebimentos Extraorçamentários | | 1.223.634.281 | 602.592.856 | Pagamentos Extraorçamentários | | 193.586.671 | 121.528.453 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | | 161.665.363 | 140.363.326 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 17 | 140.309.093 | 98.176.153 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | | 50.997.449 | 35.508.716 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 18 | 24.212.791 | 22.381.281 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 12.215.766 | 961.258 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 12.183.021 | 965.310 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | | 998.755.704 | 425.759.556 | Outros Pagamentos Extraorçamentários | | 16.881.766 | 5.709 |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | | 9.962 | | | | | |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior | | | 1 | Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento | | | 5.709 |
| Arrecadação de Outra Unidade | | 998.745.742 | 425.670.645 | Demais Pagamentos | | 16.881.766 | |
| Demais Recebimentos | | | 88.910 | | | | |
| Saldo do Exercício Anterior | | 87.564.814 | 84.115.148 | Saldo para o Exercício Seguinte | 19 | 90.966.737 | 87.564.814 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 87.564.814 | 84.115.148 | Caixa e Equivalentes de Caixa | | 90.966.737 | 87.564.814 |
| TOTAL | | 2.752.992.217 | 2.004.803.276 | TOTAL | | 2.752.992.217 | 2.004.803.276 |

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

NOTAS 17 E 18 - RESTOS A PAGAR (INSCRITOS E PAGOS)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da Nota Explicativa nº 11.

NOTA 19 – SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

O Resultado Financeiro do Exercício, apurado pela diferença entre o total de ingressos e dispêndios, foi superavitário no montante de R\$ 90.966.737, correspondente ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciado no Balanço Patrimonial, o qual foi transferido para o Balanço Financeiro do exercício subsequente.

Os demais detalhamentos relativos ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa encontram-se apresentados na Nota Explicativa 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – 4º trimestre 2025

| | NE | 2025 | 2024 |
|--|----|-----------------------|-----------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | 12.227.759 | 13.509.083 |
| INGRESSOS | | 1.509.072.430 | 1.325.113.807 |
| Receita de Serviços | | | |
| Outros Ingressos Operacionais | | 1.509.072.430 | 1.325.113.807 |
| Ingressos Extraorçamentários | | 12.215.766 | 961.258 |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior | | | 1 |
| Transferências Financeiras Recebidas | | 498.110.922 | 898.392.994 |
| Arrecadação de Outra Unidade | | 998.745.742 | 425.670.645 |
| Demais Recebimentos | | | 88.910 |
| DESEMBOLSOS | | -1.496.844.671 | -1.311.604.725 |
| Pessoal e Demais Despesas | | -1.344.202.538 | -1.186.875.676 |
| Judiciário | | -44.117 | |
| Essencial à Justiça | | | -1.196 |
| Administração | | -1.009.523.802 | -887.712.462 |
| Previdência Social | | -323.007.319 | -287.268.732 |
| Direitos da Cidadania | | -8.697.103 | -8.533.071 |
| Segurança Pública | | -1.429 | -1.071 |
| Educação | | -12.969 | -1.116 |
| Relações Exteriores | | -30.246 | -2.207.523 |
| Assistência Social | | -7.393 | -7.714 |
| Cultura | | -12.857 | |
| Ciência e Tecnologia | | -16.238 | |
| Agricultura | | -1.820.312 | -723.645 |
| Encargos Especiais | | -1.038.715 | -413.436 |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | | 9.962 | -5.709 |
| Transferências Concedidas | | -123.577.346 | -123.763.739 |
| Intragovernamentais | | -123.156.583 | -123.352.845 |
| Outras Transferências Concedidas | | -420.763 | -410.894 |
| Outros Desembolsos Operacionais | | -29.064.787 | -965.310 |
| Dispêndios Extraorçamentários | | -12.183.021 | -965.310 |
| Transferências Financeiras Concedidas | | | |
| Demais Pagamentos | | -16.881.766 | |

| | | | |
|---|-----------|-------------------|--------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | -8.825.837 | -10.059.416 |
| INGRESSOS | | 0 | 0 |
| DESEMBOLSOS | | -8.825.837 | -10.059.416 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | | -722.709 | -6.716.421 |
| Outros Desembolsos de Investimentos | | -8.103.128 | -3.342.995 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | 0 | 0 |
| INGRESSOS | | 0 | 0 |
| DESEMBOLSOS | | 0 | 0 |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 20 | 3.401.923 | 3.449.667 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | | 87.564.814 | 84.115.148 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | | 90.966.737 | 87.564.814 |

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

NOTA 20 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, representando o fluxo líquido de recursos do período, calculado pela diferença entre as entradas e as saídas de caixa.

No 4º trimestre de 2025, o fluxo de caixa líquido da CGU resultou da soma dos fluxos das atividades operacionais e de investimento, totalizando R\$ 3.401.923. Esse montante, quando acrescido ao saldo da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial” do exercício anterior, no valor de R\$ 87.564.814, resultou em um saldo final de R\$ 90.966.737.

O valor apurado encontra-se integralmente conciliado com o Balanço Patrimonial (BP) e o Balanço Financeiro (BF), uma vez que corresponde ao mesmo montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” do BP e ao “Resultado Financeiro do Exercício” evidenciado no BF.

Assim, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa reflete o resultado financeiro líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Unidade, guardando estrita consonância com a variação das disponibilidades demonstradas no Balanço Financeiro. Tal apuração representa a diferença entre os saldos inicial e final das contas de caixa e equivalentes de caixa, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis da Controladoria-Geral da União (CGU) foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao setor público, observando-se as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual do SIAFI, bem como o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

As demonstrações contábeis têm por objetivo evidenciar informações relevantes aos diversos usuários, de forma a subsidiar a avaliação da gestão do patrimônio público e a prestação de contas da gestão orçamentária, financeira e patrimonial realizada no exercício.

Por meio dessas demonstrações, são apresentadas informações relativas à posição e às variações do patrimônio, ao desempenho econômico-financeiro, à execução orçamentária, aos fluxos financeiros, bem como outros elementos necessários à adequada avaliação da gestão pública, em consonância com os objetivos da contabilidade aplicada ao setor público.

USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis envolve o uso de estimativas e julgamentos, que afetam a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, em conformidade com o modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), essas estimativas observam as normas e orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, em especial o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, destacando-se a Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão, aplicável aos bens do ativo imobilizado.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU) observam as opções e premissas estabelecidas no modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em conformidade com as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos aplicáveis à Administração Pública Federal.

MECANISMOS UTILIZADOS PARA CONTROLE E GARANTIA DA CONFIABILIDADE CONTÁBIL

A conformidade dos registros e das demonstrações contábeis, realizada pela Setorial de Contabilidade e Custos da Controladoria-Geral da União (SECON/CGU), constitui o principal mecanismo de controle dos lançamentos e dos procedimentos contábeis da organização.

Esse processo tem por finalidade assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema oficial no qual são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do SIAFI e contemplam os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) vinculadas à CGU, relacionadas na tabela a seguir::

Unidades Gestoras Executoras da Controladoria-Geral da União (CGU)

| UNIDADES CENTRAIS | | |
|---|--|----------|
| 370001 | Diretoria de Gestão Corporativa | DGC |
| 370002 | Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas | COGEP |
| 370003 | Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação | CGLCD |
| 370004 | Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade | CGCOF |
| 370006 | Coordenação Setorial de Contabilidade e Custos | SECON |
| SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS NOS ESTADOS | | |
| 370009 | Controladoria Regional da União no Estado do Acre | CGU-R/AC |
| 370010 | Controladoria Regional da União no Estado do Alagoas | CGU-R/AL |
| 370011 | Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas | CGU-R/AM |
| 370012 | Controladoria Regional da União no Estado do Amapá | CGU-R/AP |
| 370013 | Controladoria Regional da União no Estado do Bahia | CGU-R/BA |
| 370014 | Controladoria Regional da União no Estado do Ceará | CGU-R/CE |
| 370015 | Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo | CGU-R/ES |
| 370016 | Controladoria Regional da União no Estado do Goiás | CGU-R/GO |
| 370017 | Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão | CGU-R/MA |
| 370018 | Controladoria Regional da União no Estado do Minas Gerais | CGU-R/MG |
| 370019 | Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul | CGU-R/MS |
| 370020 | Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso | CGU-R/MT |
| 370021 | Controladoria Regional da União no Estado do Pará | CGU-R/PA |
| 370022 | Controladoria Regional da União no Estado do Paraíba | CGU-R/PB |
| 370023 | Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco | CGU-R/PE |
| 370024 | Controladoria Regional da União no Estado do Piauí | CGU-R/PI |
| 370025 | Controladoria Regional da União no Estado do Paraná | CGU-R/PR |
| 370026 | Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro | CGU-R/RJ |
| 370027 | Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte | CGU-R/RN |
| 370028 | Controladoria Regional da União no Estado do Rondônia | CGU-R/RO |

| | | |
|--------|--|-----------|
| 370029 | Controladoria Regional da União no Estado do Roraima | CGU-R/RR |
| 370030 | Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul | CGU-R/RS |
| 370031 | Controladoria Regional da União no Estado do Santa Catarina | CGU-R/SC |
| 370032 | Controladoria Regional da União no Estado do Sergipe | CGU-R/SE |
| 370033 | Controladoria Regional da União no Estado do São Paulo | CGU-R/SP |
| 370034 | Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins | CGU-R/TO |
| 370119 | Secretaria de Combate à Corrupção | SCC |
| 370120 | Diretoria de Investigações e Operações | DIOPE/SFC |

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

